

### **Indisciplinando a historiografia: do passado histórico ao passado prático, da crise à crítica <sup>1</sup>**

*Indisciplining historiography: from the historical past to the practical past, from crisis to critique*

**Arthur Lima de Avila**

Universidade Federal do Rio Grande do Sul  
arthurlavila@gmail.com

**Resumo:** O objetivo deste texto é tentar provocar algumas reflexões sobre e para a historiografia contemporânea, a partir da ideia de “passado prático” de Hayden White e suas críticas ao “passado histórico” e disciplinado. Através disto, pondero sobre algumas das possibilidades e consequências teóricas e políticas para uma historiografia ancorada em uma visão prática do passado e francamente crítica de algumas tradições e injunções disciplinares muitas vezes naturalizadas pelos historiadores e historiadoras, especialmente em um contexto em que elas parecem ter entrado em crise, dadas as mudanças na conjuntura que as possibilitaram em primeiro lugar.

**Palavras-chave:** Passado prático; Passado histórico; Historiografia; Disciplina.

**Abstract:** This text's aim is to try to provoke some reflections about and for contemporary historiography from the standpoint of Hayden White's idea of the “practical past” and his criticism of the disciplined “historical past”. Through this, I ponder about some of the theoretical and political possibilities and consequences for a historiography anchored in a practical vision of the past and openly critical of some of the disciplinary traditions and injunctions often naturalized by historians, especially in a context where they seemingly seem to be in crisis, given the changes in the conjuncture that made them possible in the first place.

**Keywords:** Practical past; Historical past; Historiography; Discipline.

**Recebido:** Novembro 2017

**Aprovado:** Janeiro 2018

---

<sup>1</sup> Versões preliminares deste texto foram apresentadas no I Encontro de História (In)Disciplinada, realizado na UFRGS em outubro de 2015, e em uma reunião do Fórum de Teoria da História e Historiografia no Rio de Janeiro, ocorrido na UFRRJ em novembro do mesmo ano. Gostaria de agradecer a todos/as os/as participantes destes encontros, pelos debates proporcionados, e especificamente aos/às colegas André de Lemos Freixo, Rodrigo Turin, Felipe Charbel, Gloria de Oliveira, Rebeca Gontijo, Francisco Sousa, Fernando Nicolazzi e Temístocles Cezar pelas leituras detalhadas e colocações extremamente pertinentes, que ajudaram a moldar a sua versão definitiva.

*¿Como podemos vivir así, sin saber en qué tiempo estamos?', insistió Tolosa. 'Si, que sabemos', dijo Gorostiaga. 'Es la tardecita. Viene la noche'.<sup>2</sup>*

*Atrincherarse en lo empírico no aumenta el conocimiento, sino la ignorancia.<sup>3</sup>*

Vivemos em tempos sombrios. Ou, melhor, *continuamos* vivendo em tempos sombrios. O infeliz século XX, assim o nomeado por Imre Kertesz,<sup>4</sup> pode ter ficado para trás, mas sua cria, a vigésima-primeira centúria, já nasceu em meio a sangue, fogo e gritos - não teria sido seu batismo o atentado contra o *World Trade Center* e a subsequente "guerra ao terror", cujos horrores estão tão prenhes de significados? O fim da história, professado por Francis Fukuyama e alardeado por um sem número de apologistas da globalização neoliberal, não passou de mera ilusão – ou falácia. O pesadelo do qual Stephen Dedalus tentou escapar continua assombrando nossas noites. Como dar conta dele? Como nós, historiadoras e historiadores, supostamente habilitados a dar sentido a esta aflição, podemos responder a ele – se é que podemos?

Esta indagação, claro, não é nova. Como sabemos, ela tem sido recorrente entre aquelas e aqueles interessados não só em teoria da história, mas nas funções sociais e políticas mais amplas da historiografia. A partir dela, outras antigas, mas ainda bastante necessárias, perguntas reemergem: qual deveria ser a serventia do passado para o presente? Aliás, deveria ter o passado alguma utilidade para o presente? Poderia a disciplina histórica, ela própria fruto de contingências históricas específicas, ser naturalizada como a fiadora desta serventia? Afinal de contas, e encerrando estas indagações preliminares, qual seria a justificativa para se submeter o passado à guarda de uma imaginação disciplinada? Em uma conjuntura caracterizada por um suposto sentimento de crise nas oficinas de Clio, estes questionamentos não se tornam um mero exercício metateórico, apartado da prática historiográfica cotidiana: se levados a sério, podem abrir possibilidades interessantes para repensarmos alguns dos postulados mais amplos de nossa disciplina.

Tendo em vista estas inquirições, o objetivo deste texto é tentar provocar algumas reflexões sobre e para a historiografia contemporânea, a partir da ideia de "passado prático" de Hayden White e suas críticas ao "passado histórico" e disciplinado.<sup>5</sup> Desta forma, o texto está dividido em duas partes, além de um breve epílogo: na primeira, a partir dos postulados não só de White, mas também de outros autores e autoras, tento pensar sobre o que significou e significa o disciplinamento do passado pela historiografia; já na segunda,

<sup>2</sup> KOHAN, Martin. *Los Cautivos*. Buenos Aires: Debolsillo, 2010, p. 15.

<sup>3</sup> SAER, Juan José. *El Rio sin Orillas*. Buenos Aires: Seix Barral, 2012, p. 32.

<sup>4</sup> KERTESZ, Imre. *A língua exilada*. Cia. das Letras: São Paulo, 2004, p. 23.

<sup>5</sup> WHITE, Hayden. *The Practical Past*. Evanston: Northwestern University Press, 2014, p. 3-24.

apresento algumas das possibilidades abertas à historiografia a partir da noção de “passado prático”, especialmente diante de um presente que parece ter perdido a capacidade de produzir sua própria crítica e de uma disciplina que continua acreditando demasiadamente em seus postulados.

## Disciplinando o passando, gestando a história

Num texto célebre, originalmente publicado em 1982 e mais tarde replicado no fundamental *“The Content of the Form”*, Hayden White demonstrou como a transformação da historiografia em uma disciplina pretensamente científica acarretou na domesticação da imaginação não só sobre o passado, mas também sobre o presente e o futuro. Este processo, em sua apreciação, cumpriu uma dupla função: desarmar as filosofias da história que imaginavam o pretérito a partir do presente (caso do marxismo, por exemplo) e, através desta mesma neutralização, condenar como “irrealista” toda e qualquer forma de pensamento utópico ou de transformação social mais radical. Burguesa por excelência e guiada pelos valores normativos da “objetividade” e da “neutralidade”, a historiografia profissional tornou-se, no decorrer dos anos, um repositório de interpretações “realistas” que, durante muito tempo, serviram às necessidades e demandas do *status quo*, talvez menos por militância ativa do que por um silêncio cúmplice.<sup>6</sup>

Do mesmo modo, de acordo com a já clássica análise de Michel de Certeau, a historiografia disciplinada normatizou uma relação de cesura entre o passado e o presente, fazendo com que este fosse apenas o ponto de chegada daquele e não ele próprio um objeto de análise e/ou crítica dos historiadores.<sup>7</sup> O presente afirmava-se, portanto, como o “não-dito” da escrita da história disciplinada. Para usar a formulação de Chris Lorenz, os historiadores profissionais pressupunham o “esfriamento” do pretérito à medida em que as décadas iam se sucedendo, não tendo ele nenhuma outra relação com o presente salvo a de tê-lo precedido temporalmente.<sup>8</sup> Consequentemente, a disciplina histórica afirmava (afirma?) que as fronteiras temporais entre o passado e o presente eram bastante precisas, com os vivos habitando este e os mortos residindo nos “gélidos domínios” daquele: “portanto, o passado como um objeto da história enquanto disciplina só pode existir na medida em que é ‘disciplinado’ – e, consequentemente, conquanto os mortos se abstenham de assombrar os vivos”.<sup>9</sup> Daí, portanto, a codificação deste processo em lugares comuns disciplinares, ainda bastante recorrentes, sobre o passado ser “um país estranho” (as pessoas fazem coisas diferentes por lá!) e/ou a necessidade de se “respeitar” a sua “integridade” através da condenação do

<sup>6</sup> WHITE, Hayden. *The Content of the Form: narrative discourse and historical representation*. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 1987, p. 58-82.

<sup>7</sup> DE CERTEAU, Michel. *A Escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002, p. 14-18.

<sup>8</sup> LORENZ, Chris. Blurred Lines: history, memory and the experience of time. *International Journal for History, Culture and Modernity*, v. 2, n. 1, 2014b, p. 43-62.

<sup>9</sup> LORENZ, Chris. It Takes Three to Tango: history between the “practical” and the “historical” past. *Storia della Storiografia*, v. 65, n. 1. 2014a, p. 29-46.

“anacronismo” – a manutenção desta distância transformada em diferença - como a mais grave ofensa possível contra a “boa” historiografia.<sup>10</sup> Jörn Rüsen, não surpreendentemente, nos oferece uma boa descrição desta injunção enquanto método:

Empíria é o passado objetificado. Dito de maneira drástica, o passado vivo nas circunstâncias da vida presente teria de ser morto metodicamente, para poder ser visto enquanto passado. Só assim o passado aparece, tanto em sua diferença temporal quanto na especificidade e diferenciação em relação ao presente. Heurísticamente, o passado vira “coisa”, conteúdo material da manifestação empírica da vida humana passada.<sup>11</sup>

Não há nenhum assombro, aqui: os mortos precisam ser coisificados e devidamente afastados do presente para que a historiografia “metodicamente controlada” possa emergir como “ciência”.

Esse disciplinamento da “imaginação histórica”, para citarmos outra obra clássica de White,<sup>12</sup> conformou uma série de suposições e atitudes da historiografia profissional em relação ao passado e à sua função social, mais tarde naturalizadas e transformadas em pilares de sua ideologia disciplinar. Em seu magistral estudo sobre a ideia de objetividade na historiografia norte-americana, Peter Novick descreveu muito bem tais fundamentos:

Compromisso com a realidade do passado e com a verdade como correspondência a esta realidade; uma separação clara entre sujeito e objeto, fatos e valores; e, principalmente, entre “história” e “ficção”. Os fatos históricos são tomados como anteriores e independentes à sua interpretação. [...]. Quaisquer padrões que existam na história, eles são “encontrados”, não “criados”; [...] o significado dos eventos, apesar das mudanças de perspectivas dos próprios historiadores, é, assim, tomado como imutável.<sup>13</sup>

“Objetificação”, na colocação de Ethan Kleinberg, significa, aqui, “colocar as coisas em seus devidos lugares” – a famosa “contextualização” – a partir da utilização do “método correto”.<sup>14</sup> Independente das inúmeras discussões disciplinares sobre “metodologias históricas”, a questão recorrente, quando não dominante, nelas é a de se “prezar” pelo passado, impedindo ou minimizando as “invasões” e “abusos” do presente em relação a ele.<sup>15</sup>

<sup>10</sup> Sobre isso, ver: PHILLIPS, Mark Salber. *On Historical Distance*. New Haven: Yale University Press, 2013; FASOLT, Constantin. *The Limits of History*. Chicago: The University of Chicago Press, 2004. Sobre o anacronismo, ver: RANCIERE, Jacques. O conceito de anacronismo e a verdade do historiador. In: SALOMON, Marlon (org.). *História, Verdade e Tempo*. Chapecó, SC: Argos, 2011, p. 21-50.

<sup>11</sup> RÜSEN, Jörn. *Teoria da História: uma teoria da história como ciência*. Curitiba: Ed. UFPR, 2015, p. 175.

<sup>12</sup> WHITE, Hayden. *Metahistory: the historical imagination in 19th century Europe*. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 1973.

<sup>13</sup> NOVICK, Peter. *That Noble Dream: the “Objectivity Question” and the American historical profession*. Cambridge: Harvard University Press, 1988, p. 1-2.

<sup>14</sup> KLEINBERG, Ethan. *Haunting History: for a deconstructive approach to the past*. Stanford: Stanford University Press, 2017, p. 1-12.

<sup>15</sup> Não é de se espantar que, nesta lógica, a objetividade seja alçada à condição de virtude essencial à “boa” historiografia, com a implicação lógica, mesmo que não exposta nestes termos, de que aqueles que a dispensam como horizonte normativo não são historiadores ou historiadoras virtuosas. Mais do que uma simples questão “científica”, adentramos aqui no campo da moral – o que me parece uma seara demasiadamente perigosa para se discutir a disciplina. Ver: ASSIS, Arthur Alfaix. Objectivity and the first law of historical writing. *Journal of Philosophy of History*, 2016, p. 1-23. Do mesmo modo, é importante lembrar que é esta moralização do ideal objetivista que embasa a “crítica” de Ginzburg à White e, por extensão, àqueles que ele chama “relativistas céticos”. Ver: GINZBURG, Carlo. O extermínio dos judeus e o princípio da realidade. In: MALERBA, Jurandir. *A História Escrita*. São Paulo: Contexto, 2006, p. 211-232.

Este passado disciplinado, portanto, corresponde àquilo que, mais recentemente, White vem chamando de “passado histórico”, isto é, aquele criado pela historiografia profissional e cuja finalidade mais imediata seria o estabelecimento de “verdades factuais” empiricamente verificáveis sobre o que aconteceu no tempo antes de agora.<sup>16</sup> O passado histórico se constituiu, assim, através do recalque da questão “o que devemos fazer” em prol da interrogação “isso é verdadeiro?” e, com isso, minimizou indagações mais amplas sobre os aspectos práticos que poderiam ser derivados do conhecimento histórico. Pouco importa, aqui ao menos, que historiadores e historiadoras de todas as ideologias tenham alugado ou vendido suas penas a senhoras diversas ou que a história dita científica tenha sido usada das mais diferentes formas; para a *doxa*, ao menos retoricamente, o passado histórico deveria ser produzido de forma desinteressada, objetiva e sem nenhuma outra motivação mais importante do que o estabelecimento de uma verdade factual e empírica comprovável sobre eventos, acontecimentos e processos idos. Basta lembrar, por exemplo, das diversas acusações ou ataques à “politização” do passado como sendo um lugar-comum da retórica de deslegitimação usada nas diversas contendidas historiográficas das últimas décadas. Não foi essa, como expôs Joan Scott há alguns anos, a objeção levantada por historiadores disciplinados à suas teorizações sobre a história das mulheres, em que questionavam a legitimidade destas reflexões nestes termos?<sup>17</sup> Não foi, igualmente, essa a interdição feita à história social, quando de sua consolidação, e que ela mesma replicaria contra as “novas histórias” de fins do século XX?<sup>18</sup> Pode-se afirmar, assim, que, por definição, o “passado histórico” mantém uma relação de repressão com seus próprios impulsos práticos: ainda que existam, devem ser tratados como sendo algo secundário à atuação profissional.<sup>19</sup>

Por uma questão de tempo e de espaço, não entrarei nos bastante conhecidos detalhes do desenvolvimento da disciplina no Ocidente, assim como suas críticas e resistências diversas.<sup>20</sup> No entanto, é preciso apontar para os limites que o projeto disciplinar moderno encontrou nos últimos cinquenta anos, com a profunda transformação da realidade social que

<sup>16</sup> WHITE, Hayden. *The Practical Past. Op. cit.*, p. 9-10.

<sup>17</sup> Ver: SCOTT, Joan W. História das mulheres. In: BURKE, Peter. *A Escrita da História: novas perspectivas*. São Paulo: Ed. Unesp, 1992, p. 63-96.

<sup>18</sup> Ver, por exemplo, as famosas objeções de Eric Hobsbawm às “histórias identitárias” típicas, segundo ele, do “pós-modernismo”, repetidas à exaustão nos cursos de graduação Brasil afora. Da mesma maneira, ver as reflexões de Gerard Noiriel sobre a “crise” da história, pensada por ele como causada por um ataque de “campos estrangeiros”, identificados, como não poderia deixar de ser, com o mesmo pós-modernismo temido por Hobsbawm, aos domínios de Clio. HOBBSAWM, HOBBSAWM, Eric. *Sobre História*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 281-292; NOIRIEL, Gérard. *Sur la "crise de l'histoire"*. Paris: Gallimard, 1996.

<sup>19</sup> Se expandirmos a argumentação de White neste ponto, podemos concluir que estas exceções dizem respeito àqueles historiadores que tenham operado a partir de filosofias da história explícitas, caso, por exemplo, dos marxistas britânicos, ainda que nomes como Eric Hobsbawm e Edward Thompson tenham sucumbido em diversos momentos à empiria de senso comum e à ideia de objetividade dominantes na historiografia convencional. Podemos citar igualmente o norte-americano Frederick Jackson Turner, ele próprio um “presentista” assumido, e sua busca por um “passado útil” para os Estados Unidos – noção, contudo, perdida nos turnerianos mais convencionais, interessados apenas no estabelecimento de “verdades factuais” sobre a história estadunidense. Finalmente, a título de hipótese, podemos pensar que a separação entre os grandes historiadores e o senso comum disciplinar, assim, parece estar justamente na sua capacidade de transcender, em certos momentos, ao menos, as injunções disciplinares e o controle estrito de seus lugares de produção.

<sup>20</sup> Ver: WOOLF, Daniel. *Uma História Global da História*. São Paulo: Vozes, 2014.

o possibilitou e legitimou. Dentre outras coisas, a crise do estado-nação, menos como entidade política do que como comunidade imaginada,<sup>21</sup> e a enormidade das catástrofes do século XX colocaram em questão vários dos pressupostos disciplinares e políticos, da historiografia disciplinada. A ideia mesma de que ela teria alguma utilidade intrínseca acabou, para Andreas Huyssen, sendo “violentamente” refutada pelos acontecimentos dos últimos dois séculos.<sup>22</sup> E como poderia ser de outro modo, se boa parte dos horrores modernos foram, em última instância, cometidos em nome da história e/ou sancionados pela própria historiografia? Como defender a legitimidade de um conhecimento que, a despeito de suas grandiosas afirmações sobre “lembrar para não repetir”, não fez nada para impedir a queda da modernidade no abismo por ela mesma criado?

Em suma, os eventos modernistas, como os chama White,<sup>23</sup> do século XX, com toda a sua ainda inigualada carga de destruição e terror, assim como outros acontecimentos traumáticos de séculos anteriores, nos legaram aquilo que Lorenz chamou de “história quente” ou, nas palavras do genial William Faulkner, “o passado que nem mesmo é passado”.<sup>24</sup> Mais do que a “fragmentação” ou a “superespecialização” disciplinares, tão lamentadas por várias historiadoras e historiadores, não seria o esgotamento da realidade social que lhe deu origem o verdadeiro motivo das inúmeras crises que a história parece continuamente enfrentar (aliás, não seria a “crise contínua” um dos signos recorrentes, ao menos retóricos, da historiografia contemporânea?)<sup>25</sup>

Diante do escopo destas transformações e das fraturas que causaram naquele “tempo vazio e homogêneo” da modernidade, parecemos viver, agora, em um “presentismo catastrófico”, para usar a apta expressão de Lorenz, ou seja, um presente que, acossado pelos legados de traumas diversos, não consegue mais escapar de si mesmo.<sup>26</sup> Sem conseguir elaborar devidamente as heranças de passados que não passam, este presente perde gradualmente a capacidade de imaginar futuros que não sejam simples extensões de si mesmo. Nesse contexto, esta “qualidade de clausura”, nos termos de Wendy Brown, acaba lhe conferindo a qualidade sombria da qual falei em minhas linhas iniciais:

<sup>21</sup> Ver: MUDROVIC, Maria Inés. Time, history, and philosophy of history. *Journal of the Philosophy of History*, n. 8, 2014a, p. 1-26; MUDROVIC, Maria Inés. About lost futures or the political heart of history. *Historiein*, v. 14, n. 1, 2014b, p. 7-21.

<sup>22</sup> HUYSSSEN, Andreas. *Present Pasts: urban palimpsests and the politics of memory*. Stanford: Stanford University Press, 2003, p. 5.

<sup>23</sup> WHITE, Hayden. *Figural Realism: studies in the mimesis effect*. Baltimore: The Johns Hopkins University, 1999, p. 66-86; WHITE, Hayden. *The Practical Past*. *Op. cit.*, p. 41-62.

<sup>24</sup> LORENZ, Chris. Blurred lines... *Op. cit.*, p. 30.

<sup>25</sup> Maria Inés Mudrovcic recentemente argumentou, de forma instigante e provocadora, que, com a superação da realidade social que lhe deu origem, a disciplina histórica estaria fadada ao desaparecimento, principalmente pela possibilidade de emergência de novos estilos de vida coletivos que não necessariamente precisem ser legitimados pela historiografia disciplinada. Não é de se espantar, assim, a tenacidade com que determinados historiadores e historiadoras defendem a disciplina; não seria esta virulência não só uma tentativa de des-historicizá-la, como de garantir sua existência *ad aeternum*? Ver: MUDROVIC, Maria Inés. About lost futures... *Op. cit.*

<sup>26</sup> LORENZ, Chris. Unstuck in Time. Or: the sudden presence of the past. In: TILMANS, Karin; VREE, Frank van; WINTER, Jay (orgs.). *Performing the Past: memory, history, and identity in Modern Europe*. Amsterdam: Amsterdam University Press, 2010, p. 67-102.

Esta qualidade de encerramento, este aprisionamento no presente, é parte significativa daquilo que torna nossos tempos obscuros hoje - na verdade, é isso que faz com que tempo e mundo se colapsem em um, porque o tempo, apesar de toda sua velocidade, parece ter parado de ir para frente ou de nos levar a qualquer lugar.<sup>27</sup>

Este presentismo, nas análises de François Hartog e Manuel Cruz, impõe uma relação bastante paradoxal do presente com o passado: se, por um lado, vivemos imersos em uma “cultura de memória” que faz do passado um imenso repositório de imagens, dados e fatos passíveis das mais diversas apropriações, por outro, esse mesmo passado se torna bastante opaco, quando não desprovido de qualquer sentido ou utilidade mais ampla para o presente.<sup>28</sup> Como afirmou acidamente Manuel Cruz, “um presente incompreensível, uma realidade inconcebível, um mundo naturalizado só aceitam viajar ao passado *de visita*”.<sup>29</sup> Dito de outro modo, este presentismo parece tornar a história impotente: os historiadoras e historiadores continuam compondo suas linhas sem que, contudo, pareça existir uma crença mais ampla naquilo que escrevemos. “Arcano, provisório e técnico”, para citar White,<sup>30</sup> o passado histórico transformou-se não só em apenas mais um dos vários modos de se lidar com o pretérito, como em um com cada vez menos capacidade de intervir nas grandes questões do nosso tempo, em que pese nossa contínua fé na pretensa autoridade indisputável da “ciência histórica”. Diante deste quadro, digamos, não muito alentador, cabe voltarmos àquela velha indagação kantiana (ou leninista...): o que fazer? Continuar insistindo na suposta maior autoridade moral da disciplina histórica em lidar com o passado diante de todas as outras formas? Persistir na defesa de ideais disciplinares que a todo o momento parecem dar claro sinal de esgotamento? Recolher-nos à torre de marfim da “ciência” e ter somente nossos pares como interlocutores? Ou, pelo contrário, buscar, mesmo que sem certeza de sucesso, alguma outra forma de devolver à história aquela dignidade que ela (talvez) mereça?

## Passado prático, história crítica

Parece-me que uma das possibilidades para tanto, e aqui a intenção é justamente abrir um espaço para uma necessária reflexão teórica e política maior, está na discussão crítica daquilo que White, como já foi dito, recentemente chamou de “passado prático”. Segundo o historiador norte-americano, a ideia de um passado prático envolve a ação ativa de um presente que busca não a simples atestação empírica do “que realmente aconteceu”, mas encontrar no passado um significado que lhe dê “razões para ações a serem tomadas no

<sup>27</sup> BROWN, Wendy. *Edgeworks: critical essays on knowledge and politics*. Princeton: Princeton University Press, 2005, p. 30.

<sup>28</sup> CRUZ, Manuel. *Adiós, Historia, Adiós: el abandono del pasado en el mundo actual*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2014; HARTOG, François. *Regímenes de Historicidad*. Mexico: Universidad Iberoamericana, 2007; HARTOG, François. *Crear en la Historia*. Santiago de Chile: Universidad Finis Terrae, 2014.

<sup>29</sup> CRUZ, Manuel. *Adiós, Historia, Adiós... Op. cit.*, p. 223.

<sup>30</sup> WHITE, Hayden. *Politics, history and... Op. cit.*, p. 128.

presente em nome de um futuro melhor do que aquilo que atualmente existe”.<sup>31</sup> Guiadas pelo que ele chamou de um impulso ético, estas noções do passado representam, assim, aquelas pelas quais:

Baseamo-nos, de maneira espontânea e da melhor forma que pudermos, para informação, ideais, modelos e estratégias para a resolução de todos os problemas práticos - de assuntos pessoais a programas políticos grandiosos - dentro do que pensamos ser nossa situação atual. Este é o passado de memória, sonho e desejo, tanto quanto é da solução de problemas, estratégia e táticas de vida, tanto pessoal como comunitária.<sup>32</sup>

Desta forma, a noção de um passado prático acarreta a tomada de decisões sobre como uma comunidade deseja viver e sobre qual passado deseja para tanto (um *topos*, aliás, recorrente na obra de White), ou, no entendimento de Herman Paul, “um modo de ‘recomeçar’, não se livrando ingenuamente do fardo do passado, mas através de sua transformação de modo a estimular a ação criativa ao invés da mera contemplação ativa”.<sup>33</sup> Esta noção altera, assim, a relação entre passado e presente que tradicionalmente se impunha na e pela historiografia disciplinada. Antes de ser um “fim em si mesmo”, com a meta de estipular a “diferença de circunstâncias”, segundo Hobsbawm,<sup>34</sup> entre passado e presente, um engajamento prático com o passado implica em estudá-lo não para revelar sua verdade empírica ou para providenciar uma “legitimidade” ao presente, mas para “descobrir o que é necessário para encarmos um futuro que gostaríamos de herdar ao invés daquele que fomos forçados a aguentar”.<sup>35</sup>

Se, como vimos acima, um dos efeitos do presentismo, na análise de Fredric Jameson, é uma espécie de recalque da historicidade, uma das formas de crítica a ele está justamente em um “redespertar da historicidade” que permita abri-lo de seu próprio encerramento.<sup>36</sup> Este “redespertar da historicidade” permitiria, assim, o reconhecimento, nas palavras de Brown, do “presente como história”, ou seja, tanto daquilo que pode ser estabelecido empiricamente sobre o passado quanto o que “sobrevive do passado, o que é conjurado por ele, como gerações e eventos passados ocupam os campos de força do presente, como eles nos reivindicam e como eles assombram, acometem e inspiram nossas imaginações e visões para o futuro”.<sup>37</sup>

Ao considerarmos o presente como o entrecruzamento de processos e temporalidades diversos em disputa e não acabados, poderemos, assim, tentar sensibilizar os seres humanos para os elementos dinâmicos ali existentes e, com isso, ajudar no processo de elaboração e, se possível, de libertação dos “fardos do passado”. Sem a afirmação acrítica de continuidades ou

<sup>31</sup> WHITE, Hayden. *The Practical Past*. Op. cit., p. 9-10.

<sup>32</sup> *Ibidem*, p. 10.

<sup>33</sup> PAUL, Herman. *Hayden White: the historical imagination*. Cambridge: Polity, 2011, p. 143.

<sup>34</sup> HOBBSAWM, Eric. *Sobre História*. Op. cit., p. 34.

<sup>35</sup> WHITE, Hayden; DOMANSKA, Ewa. A conversation with Hayden White. *Rethinking History*, v. 12, n. 1, March 2009, p. 3-21.

<sup>36</sup> JAMESON, Fredric. Utopia as Method, or the Uses of the Future. In: GORDIN, Michael D.; TILLEY, Helen; PRAKASH, Gyan (orgs.). *Utopia/Dystopia: Conditions of Historical Possibility*. Princeton: Princeton University Press, 2010, p. 21-44.

<sup>37</sup> BROWN, Wendy. *Politics out of History*. Princeton: Princeton University Press, 2001, p. 137.



rupturas temporais especiosas, podemos como foi dito acima, *escolher* os passados de acordo com nossas demandas presentes e com os futuros que desejamos ver realizados, pois, como escreveu Brown, o complexo problema político da relação entre o passado e o presente não pode ser resolvido somente com a remissão aos “fatos históricos” e sua “verdade empírica”. Não basta simplesmente “itemizar as devastações” ocorridas no século XX, por exemplo, ou atestar factualmente sua existência – coisas que, bem sabemos, não são nada difíceis de serem feitas.<sup>38</sup> É preciso ir *além*.

Antes, contudo, um breve comentário. Se White, de forma polêmica e compreensível, busca contrapor dicotomicamente este “passado prático” ao “passado histórico” da historiografia profissional, não é essa minha intenção. Embora ele postule, na maior parte das vezes, uma diferenciação absoluta entre ambas as noções, acredito que a relação entre elas é muito mais de tensão do que de oposição.<sup>39</sup> De acordo com a análise precisa de Lorenz, parece existir um caráter relativo a essa distinção mais do que necessariamente uma separação ontológica.<sup>40</sup> Desta forma, podemos tratar do “passado histórico” e do “passado prático”, ao menos para os fins que movem esse texto, como dois diferentes modos de se representar, enfrentar e teorizar sobre o passado. Se em algumas importantes searas da disciplina ainda parece perdurar uma ideia de que o estudo do passado é, em última instância, um fim em si mesmo (mesmo que os antigos valores de “objetividade” e “neutralidade” sejam minimamente colocados em questão),<sup>41</sup> em outras, principalmente naquelas às margens do *establishment* disciplinar, uma apreciação “prática” do passado, em termos similares àqueles postulados por White, parecem vir ocorrendo há algum tempo.<sup>42</sup>

<sup>38</sup> BROWN, Wendy. *Politics out of... Op. cit.*, p. 138.

<sup>39</sup> Lorenz aponta para a tensão que existe na argumentação do próprio White sobre o que definiria o “passado prático”. Se em alguns momentos, White parece conceitualizar o “passado prático” e o “passado histórico” como sendo mutuamente excludentes, criando uma oposição acentuada entre a historiografia profissional e outras representações do passado, em outros ele inclui certas áreas da disciplina, como a historiografia sobre o Holocausto ou a história das religiões, por exemplo, no âmbito do passado prático. No entanto, ao contrário do que afirma Lorenz, não penso que estas indefinições comprometam o argumento geral de White; pelo contrário, elas demonstram que há muito terreno a ser explorado sobre as relações entre estas duas *formas* de se pensar e representar o passado. Ver: LORENZ, Chris. *It takes three... Op. cit.*

<sup>40</sup> *Idem*.

<sup>41</sup> Recentemente, por exemplo, Giovanni Levi, por exemplo, definiu o trabalho do historiador em três aspectos somente: pesquisar, resumir e comunicar. Com isso, Levi resume a operação historiográfica principalmente à sua esfera investigativa, considerando a escrita como um mero exercício de comunicação sobre os achados nos arquivos e resumindo o papel da imaginação histórica ao ato de preencher as lacunas das fontes – ou seja, exatamente aquilo que modelo disciplinar consolidado no século XIX defendia. Ver: LEVI, Giovanni. *O trabalho do historiador: pesquisar, resumir, comunicar. Revista Tempo*, Niterói (RJ), v. 20, 2014, p. 1-20.

<sup>42</sup> De certa forma, as ponderações de White sobre o “passado prático” e sua crítica contundente à historiografia disciplinada devem ser entendidas sob o prisma de seu notório descontentamento, para dizer o mínimo, com as ambições políticas e éticas limitadas de boa parte dos historiadores profissionais. Mesmo discordando de algumas das críticas pontuais de White à historiografia ou de sua tendência a criar uma profissão mais monolítica do que ela de fato é, e concordando com Lorenz sobre a necessidade de refinamento da ideia mesma de “passado prático”, penso ser tal polêmica fundamental para que se desnudem alguns dos pressupostos disciplinares herdados do século XIX e que, de todo modo, continuam dando sustentação a uma *ideia* de disciplina histórica que me parece não ser mais factível para nosso mundo pós-fundacional. Dados o notório comportamento dos historiadores em continuar com seu *business as usual* diante de debates teóricos mais contundentes, seu desdém pela teoria da história e a tendência profissional a esvaziar e/ou encerrar discussões fundamentais para sua própria sobrevivência, me parece que o tom controverso de White não é somente desejável: é necessário.

Sendo assim, e tomando livre inspiração nas reflexões mais amplas de Hayden White e Wendy Brown, gostaria de elencar algumas *possibilidades* e *consequências* para uma historiografia ancorada em uma visão *prática* do passado. Em primeiro lugar, isto significa levar a sério os efeitos políticos e éticos de determinadas interpretações historiográficas e seu papel performativo na construção do tempo histórico. Em outras palavras, é preciso relativizar qualquer ideia pré-concebida de que o passado se separa do presente de forma natural. Quando um notório historiador brasileiro, por exemplo, afirma que “a escravidão no Brasil está superada e não tem nada a dizer para o presente”, ele está ativamente construindo uma cesura entre dois tempos históricos e operando dentro de certa tradição disciplinar: estabelecendo uma óbvia verdade factual (o fim da escravidão *legal*) e desprovendo-a de qualquer sentido maior para o presente. Num país em que 77% dos jovens assassinados são negros (um índice absolutamente aterrador e considerado pela própria Anistia Internacional como indicando algo próximo a um genocídio) e em que os afro-brasileiros compõem a maioria da população pobre e indigente,<sup>43</sup> tal posição, mesmo que sancionada pelos padrões da disciplina, não parece contribuir para uma inteligência crítica de nosso presente.<sup>44</sup> De modo similar, quando Niall Ferguson, um afamado historiador e economista do Reino Unido, declara que o Império Britânico fora, em última instância, um “agente de civilização”, apesar de alguns pequenos erros, ele está, por sua vez, juntando-se ao “cortejo triunfal de vencedores”<sup>45</sup> que, mesmo após o término do império em que o sol nunca se punha, continuam mostrando o mesmo descaso, quando não desprezo, pelas vítimas, inúmeras, deste “processo civilizatório”.<sup>46</sup> Em ambos os exemplos, e poderia ter citado alguns outros,<sup>47</sup> temos posturas que ou negam qualquer tipo de relação imediata entre passado e presente ou naturalizam, talvez de forma irrefletida, as atuais condições nacionais e globais de dominação econômica e social como “inevitáveis” ou mesmo “aceitáveis”.

Em segundo lugar, implica em reconhecer que, enquanto historiadores e historiadoras, não somos os “proprietários” do passado e que a história, como já colocara Certeau há três décadas, é um discurso construído e contestado coletivamente.<sup>48</sup> Atirados à arena pública,

<sup>43</sup> CERQUEIRA, Daneil R. C.; MOURA, Rodrigo Leandro de (orgs.). Vidas perdidas e racismo no Brasil. *Nota Técnica*, Brasília, IPEA, n. 10, nov. 2013. Publicada em: 19 nov. 2013. Disponível em: <[http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/nota\\_tecnica/131119\\_notatecnicadiest10.pdf](http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/nota_tecnica/131119_notatecnicadiest10.pdf)>. Acesso em: 09 set. 2014. Sobre a campanha da Anistia Internacional, ver: <<https://anistia.org.br/campanhas/jovemnegrovivo/>>. Acesso em: 10 nov. 2014.

<sup>44</sup> Entrevista concedida pelo historiador Manolo Florentino à Revista de História. [s.n.t.]. Disponível em: <<http://www.revistadehistoria.com.br/secao/entrevista/manolo-florentino>>. Acesso em: 09 set. 2014.

<sup>45</sup> A expressão é de Walter Benjamin. BENJAMIN, Walter. Sobre o conceito de história. In: *Obras Escolhidas*. Vol. I: Magia e técnica, arte e política. Ensaios sobre literatura e história da cultura. São Paulo: Brasiliense, 2012, p. 244.

<sup>46</sup> FERGUSON, Niall. Diga-me onde eu estou errado. *London Review of Books*. (site). Publicado em: *London Review of Books*, Londres, v. 27, n. 10, seção *Letters*, maio 2005. Disponível em: <<http://www.lrb.co.uk/v27/n10/letters#letter1>>. Acesso em: 09 set. 2014.

<sup>47</sup> Ver as recentes injunções, extremamente pertinentes, de Walter Johnson à toda uma tradição historiográfica que buscou apartar capitalismo e escravidão, como se esta fosse algo estranho àquele e, portanto, a própria modernidade. Ver: JOHNSON, Walter. Possible pasts: some speculations on time, temporality and the history of Atlantic slavery. *Amerikastudien / American Studies*, v. 45, n. 4, 2000, p. 485-499.

<sup>48</sup> CERTEAU, Michel de. *Heterologies: discourse on the Other*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1987, p. 205.

podemos agir não somente como os fornecedores de certas verdades empíricas ou os provedores de um sem-número de dados e fatos sobre o passado, mas como aqueles e aquelas que, para usar as palavras de Joan Scott iluminam os pontos cegos que mantêm os atuais sistemas sociais intactos e inviabilizam como "irreais" as alternativas a eles.<sup>49</sup> A *desestabilização* das premissas fundacionais em que descansam algumas de nossas inquestionadas ou naturalizadas "verdades" políticas e sociais seria, assim, uma das metas de uma historiográfica efetivamente crítica.<sup>50</sup> Podemos tomar como exemplos desta "desestabilização" as postulações de algumas áreas não necessariamente conectadas ao *mainstream* historiográfico, como os estudos pós-coloniais e os feministas, que, para além das platitudes sobre "distância" e "objetividade", se engajam *praticamente* com o passado com o intuito de, para citar Paul Gilroy em seu belíssimo "O Atlântico Negro", ir contra as "clausuras das categorias com as quais conduzimos nossas vidas políticas".<sup>51</sup>

Em terceiro lugar, e isto é extremamente caro a um pensador como White, refletir sobre o passado prático envolve uma reflexão sobre o *conteúdo da forma* da escrita da história, principalmente no que se refere à narrativização de certos eventos históricos, ou seja, "a imposição de uma forma de estória em uma série de eventos reais" que, de um modo ou outro, lhes dá uma coerência e uma completude que são essencialmente imaginárias.<sup>52</sup> Dito de outro modo, certas narrativizações do passado tentam criar uma ilusão de linearidade, de continuidade e de estabilidade como elementos fundamentais da "realidade" – mesmo que estas características sejam uma *imposição* ao caos do processo histórico e não sua condição inerente. Uma narrativização da realidade passada é essencialmente, nas palavras de White, um processo de moralização desta mesma realidade, com todas suas consequências estéticas e políticas.<sup>53</sup> Antes de ser um simples problema de como "comunicar" as "descobertas" do arquivo à audiência, o "enredamento" é uma condição intrínseca à escrita da história. Portanto, se conteúdo e forma são inseparáveis sob ponto de vista teórico, isto se constitui como um problema essencial para uma escrita da história que busque ir além dos postulados disciplinares dominantes.

Tomemos como exemplo disto a refiguração do passado do Sudoeste norte-americano efetuada pela escritora mexicano-americana Gloria Anzaldúa, em que forma e conteúdo são claramente indissociáveis um do outro. Em seu famoso trabalho sobre as *borderlands* entre o México e os Estados Unidos, a intelectual *chicana*, cuja escrita era movida por uma

<sup>49</sup> SCOTT, Joan W. History-writing as critique. In: JENKINS, Keith; MORGAN, Sue; MUNSLOW, Alun (orgs.). *Manifestos for History*. London: Routledge, 2007, p. 35.

<sup>50</sup> *Ibidem*, p. 26.

<sup>51</sup> GILROY, Paul. *O Atlântico Negro: modernidade e dupla consciência*. São Paulo: Editora 34, 2001, p. 30. Este impulso prático parece também estar por trás de historiografias sobre grupos e temas até recentemente ignorados pelo *mainstream* acadêmico, como os estudos feministas (que, através de figuras como Gayatri Spivak, tem um profícuo diálogo com os estudos pós-coloniais/descoloniais, além de serem críticos mordazes da historiografia convencional) e os estudos sobre escravidão e diáspora africana, que buscam tanto o estabelecimento de "verdades" factuais sobre estas ocorrências, quanto o estabelecimento de um sentido para elas – como atestam não só os trabalhos de Paul Gilroy, mas também as obras pioneiras de Franz Fanon e Stuart Hall, assim como o exemplo mais recente de Eduardo Grüner.

<sup>52</sup> WHITE, Hayden. *The Practical Past*. *Op. cit.*, p. 94.

<sup>53</sup> WHITE, Hayden. *The Content of the Form... Op. cit.*, p. 1-25.

necessidade ética e política de dar voz aos hispano-americanos pobres, às mulheres mestiças, aos indígenas e àqueles cujas feridas históricas continuavam operando no presente, funde línguas, passando do inglês ao espanhol e do espanhol ao nahuatl no mesmo parágrafo; combina prosa e poesia, de modo que a segunda desestabilize a primeira; mistura temporalidades diversas, passando dos anos da brutalidade da Conquista espanhola à violência racista dos *Texas Rangers* do século XX numa única página, rompendo, assim, a linearidade do tempo histórico; mescla “fatos” e “ficção”, sem demarcar uma fronteira nítida entre ambos; e medita poética e politicamente sobre o significado da história das *borderlands* não só para o seu país natal, mas para a própria modernidade.<sup>54</sup>

Do mesmo modo, Saul Friedländer, um dos mais brilhantes historiadores de nosso tempo, propositalmente construiu sua *magnum opus* sobre a história do Holocausto com o intuito de impedir o que ele mesmo chamou de domesticação do passado através de “explicações impecavelmente coerentes e interpretações padronizadas”.<sup>55</sup> A forma da obra, portanto, é fundamental para a constituição de um sentimento de incredulidade, do absurdo e do grotesco similar, segundo ele, à percepção das “infelizes vítimas do regime” diante de uma realidade demasiadamente terrível para ser crida de forma clara.<sup>56</sup> Desta maneira, ele nos oferece uma historicização da *Shoah* que rejeita, como bem colocou White, sua simples narrativização em um enredo com começo, meio e fim facilmente discerníveis e, do mesmo modo, não separa o genocídio do nosso próprio presente;<sup>57</sup> pelo contrário, ele é apresentado, através de uma forma que justapõe, sob a forma de montagem ou de “constelações”, “níveis inteiramente diferentes de realidade” e que não pressupõe que tal passado esteja, para recuperarmos o vocabulário de Lorenz, encerrado. O que emerge, finalmente, não é somente o Holocausto como um determinado evento ocorrido em um dado momento, capaz de ser contextualizado pelo “método correto”, mas como uma *possibilidade* ainda latente nos dias de hoje.

Por fim, uma apreciação prática do passado implica tanto a adoção de certo ceticismo linguístico quanto o abandono de pretensões universalizantes que buscam enquadrar todo e qualquer evento histórico numa ordem pré-determinada tomada como “natural”.<sup>58</sup> Dito de outro modo, ela reconhece que não há escapatória ao pluralismo historiográfico e que a tão lamentada fragmentação de temas, objetos e narrativas dos dias de hoje é condição *sine qua non* para uma historiografia que se pretende crítica. Ao contrário de assumir posições dogmatizantes e que buscam antes encerrar certas perguntas do que abrir novas imaginações,

<sup>54</sup> ANZALDÚA, Gloria. *Borderlands/La Frontera: the new mestiza*. San Francisco: Aunt Lute Books, 1987.

<sup>55</sup> FRIEDLÄNDER, Saul. *A Alemanha Nazista e os Judeus*. Vol. 1: Os anos da perseguição, 1933-1939. São Paulo: Perspectiva, 2012, p. 27-33.

<sup>56</sup> FRIEDLÄNDER, Saul. *A Alemanha Nazista e os Judeus*. Vol. 2: Os anos de extermínio, 1939-1945. São Paulo: Perspectiva, 2012, p. 15-28.

<sup>57</sup> WHITE, Hayden. *The Practical Past*. *Op. cit.*, p. 75-96.

<sup>58</sup> É evidente que isto não significa um chamado ao abandono de perspectivas de longa duração ou da deslegitimação de trabalhos deste tipo, ancorados ou não em alguma filosofia da história mais ampla (o marxismo, por exemplo). Significa apenas que estas “grandes narrativas” devem ser vistas como apenas mais uma dentre as várias opções estéticas, éticas e cognitivas disponíveis para o enredamento de determinados processos e eventos.

os historiadores e historiadoras precisam trabalhar para permitir mais e mais indagações em relação ao passado, especialmente em uma conjuntura de emergência de projetos que buscam censurá-las ou limitá-las (caso, aqui no Brasil, do infame “Escola sem Partido”, com sua postura francamente autoritária e antidemocrática). Para a ortodoxia, contudo, isso traz a ameaça daquele espectro chamado “relativismo”, ou seja, a suposta licença para que qualquer coisa possa ser dita sobre qualquer evento passado – uma falta supostamente tão grave quanto a do anacronismo.

Este temor, bastante injustificado, se manifesta de diversas maneiras, especialmente em ocasiões de conagração disciplinar. Rodrigo Patto Sá Motta, por exemplo, em discurso de abertura no Congresso Nacional da Associação Nacional de História, mesmo não nomeando seus interlocutores, afirmou ser “ingênuo” o “relativismo cético”, imputando-lhe uma pretensa disposição a aceitar qualquer representação do passado como tendo o mesmo valor cognitivo e a ignorar a empiria como algo fundamental à prática dos historiadores e historiadoras. Do mesmo modo, Motta pareceu sugerir que a simples adição de fatos às disputas públicas sobre o passado pode servir como antídoto a negacionismos, más-fés e falseamentos de toda a ordem. No entanto, longe de afirmar que o “passado é um texto”, a desídia negacionista opera a partir da mesma retórica objetivista e empirista da disciplina histórica, buscando justamente o respeito que tais noções conferem a discursos pretensamente realistas. Por isso, penso ser uma distorção tremenda afirmar que historiadores que defendem posturas abertamente céticas advogam que “discursos com pretensão à verdade devem ser desprezados como puro resquício do positivismo”.<sup>59</sup> Neste caso, ninguém “despreza” a verdade factual, pois, como dito acima, a atestação do que ocorreu no passado não é nada difícil. O que está em questão é justamente aquele “realismo crítico”, tão defendido pelo ex-presidente da ANPUH em sua fala, que nega a performatividade do texto historiográfico; que opera a partir de uma antiquada noção de “distância histórica”; que continua sustentando uma cientificidade dúbia e aparentemente incapaz de autocrítica; que persiste acreditando que os “fatos históricos” possuem sentidos em si mesmo; que sujeita a resposta às questões fundamentais de nosso tempo à mera busca por “conhecimento”, como se isso, por si só, pudesse nos dizer alguma coisa sobre o *significado* de certos passados para o presente; e que se coloca como o árbitro moral definitivo das representações do passado que não atendem aos seus questionáveis critérios sobre a “correspondência da verdade” àquilo que tomam como o “mundo real”.

Portanto, as posições defendidas neste texto de modo algum sancionam a mentira, a enganação para fins espúrios e a má-fé como prática historiográfica, pois afirmar que um dado evento pode ter múltiplos significados, todos possivelmente plausíveis, não é a mesma coisa que dizer que ele nunca ocorreu, por exemplo, ou afirmar que toda e qualquer representação do passado tem o mesmo valor cognitivo. Como o próprio White afirmou, portanto:

---

<sup>59</sup> SÁ MOTTA, Rodrigo Patto. Os lugares dos historiadores e da história na sociedade brasileira: Conferência de abertura do XXVIII Simpósio Nacional de História, Florianópolis. *História da Historiografia*, v. 22, p. 321-335, 2016.

Quando se trata de comparar interpretações distintas de um mesmo conjunto de fenômenos históricos numa tentativa de estabelecer qual é o melhor ou mais convincente, muitas vezes somos levados a confusão ou a ambiguidade. *Isso não significa que não podemos distinguir entre a boa ou a má historiografia, de vez que, para definir essa questão, podemos recorrer a critérios como responsabilidade perante as regras da evidência, a relativa inteireza do pormenor narrativo, a consistência lógica e assim por diante*.<sup>60</sup>

Uma mentira continua sendo uma mentira não importa quantos cidadãos de bem acreditem nela. Sendo assim, a adoção de uma perspectiva cética e, usemos a tão temida palavra, relativista, implica no reconhecimento de que qualquer interpretação do passado é limitada, provisória e falha em suas intenções de significar algum evento histórico, qualquer que seja ele. Ademais, isto também acarreta no reconhecimento de que existem incontornáveis barreiras à representação do pretérito e que o silêncio é constituinte da escrita da história pois, na tocante expressão de Herta Müller, “não é verdade que há palavras para tudo”.<sup>61</sup> Finalmente, uma postura cética permitiria um constante exercício de “deslealdade” por parte dos historiadores e historiadoras em relação às verdades sancionadas pela disciplina e pela comunidade imaginada em que vivem; os historiadores e historiadoras poderiam, assim, para usar os termos de Scott, escrever o “tipo de história que pode servir como uma ‘alavanca’, desenterrando as premissas fundacionais de nossas ‘verdades’ sociais e políticas’ e, com isso, abrir o espaço para novas histórias – cuja direção não pode, e nem deve, ser determinada e cujo fim nunca virá”.<sup>62</sup> Se não queremos nos tornar, se é que já não o somos, nas belas palavras de Cruz, “fragmentos inertes de matéria incorporados ao real que apenas conservam a forma humana”,<sup>63</sup> tal operação me parece, assim, fundamental para abrir novas imaginações sobre o que ocorreu, o que ocorre e o que pode, enfim, ocorrer.

## Epílogo?

Num mundo em que a falta de imaginação ameaça a própria existência da democracia, sequestrada por oligarquias plutocráticas e transformada num mero exercício formal de eleições periódicas; numa era em que o estado de exceção parece ter se tornado a realidade de boa parte dos habitantes do globo, seja sob a forma de terror de Estado ou econômico; num momento em que os fantasmas de fundamentalismos diversos proclamam únicas e assassinas verdades; numa conjuntura em que o neoliberalismo global em sua voracidade e rapacidade cada vez maiores põe em questão a existência mesma do planeta; num contexto em que nossos horizontes de expectativa diminuem constante e rapidamente e em que o próprio tempo aparentemente não leva-nos a lugar algum, salvo a um “aqui e agora” cada vez mais onipresente e opressor; enfim, num presente que, para parafrasear o *gaucho* Gorostiaga

<sup>60</sup> WHITE, Hayden. *Trópicos do Discurso: ensaios sobre a crítica da cultura*. São Paulo: Edusp, 1994, p. 114. Grifo meu.

<sup>61</sup> MÜLLER, Herta. *O Rei se Inclina e Mata*. São Paulo: Globo, 2013, p. 16.

<sup>62</sup> SCOTT, Joan W. *History-writing as critique... Op. cit.*, p. 26.

<sup>63</sup> CRUZ, Manuel. *Adiós, Historia, Adiós... Op. cit.*, p. 224.

em sua *charla* com Tolosa, seu companheiro de lide, parecemos estar testemunhando o fim da tarde, não poderia a historiografia nos ajudar, mesmo que minimamente, a tolerar a noite a cair?

Talvez - se, contudo, não tiver ela própria medo da história.

**Arthur Lima de Avila:** Professor do Departamento de História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Possui graduação, mestrado e doutorado em História pela UFRGS, este último com bolsa do CNPq e cuja tese *Território Contestado: a reescrita da história do Oeste norte-americano (c. 1985-1995)* recebeu o Prêmio CAPES 2011 em História. Seus principais temas de pesquisa são: Teoria da História; História intelectual; Usos do passado; Políticas do tempo; Guerras de história; Historiografia norte-americana; História dos Estados Unidos.